



ANEXO XXX - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2024

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº 93.802.833 /0001-57, com endereço nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, nº 106, bairro Centro, neste ato representada pelo Diretor-Geral, igualmente denominada de ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº XXXX/2024, determina o **REGISTRO DE PREÇOS** dos bens objeto do procedimento nº 01236.0000.134/2024, pelo **FORNECEDOR** abaixo indicado, bem como **CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**, na ordem de classificação por eles alcançada, em atendimento às condições previstas no referido Edital de licitação, bem como às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 57.036/2023 (aplicáveis para todos os efeitos de direito independentemente de transcrição), e, ainda, nos termos das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto da presente Ata o registro dos seguintes preços:

FORNECEDOR: CNPJ: Endereço: Telefone/email: Representante legal:						
Item	Objeto	Quant.	Un.	Marca	Modelo	Valor unitário
1	Impressoras policromáticas, com tecnologia laser ou led com Garantia de 60 meses	100	Un.			R\$
2	Cartuchos de toner preto, com rendimento de, no mínimo, 2.500 (duas mil e quinhentas) páginas	100	Un.			R\$



3	Cartuchos de toner ciano, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$
4	Cartuchos de toner amarelo, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$
5	Cartuchos de toner magenta, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			

1.1 Os preços registrados são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos, frete e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital Licitatório.

1.2 O fornecedor se obriga na quantidade indicada acima e nos termos das especificações técnicas constantes dos itens 1 e 4 do Anexo I do Edital - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO(S) PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador da presente Ata é a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da Unidade de Patrimônio e Almoxarifado, situada na Rua Leopoldo Fróes, n.º 86, bairro Floresta, telefone (51) 3346-2090, e-mail *patrimonio-almox@mprs.mp.br*.

2.2 Não há órgãos ou entidades participantes no presente registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses, a contar do dia útil seguinte ao de sua disponibilização resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.



3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para consumo de eventual saldo da quantidade registrada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPRAS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 As compras decorrentes da presente Ata serão formalizadas por meio de contrato.

4.2 O fornecedor será convocado para assinar o contrato no prazo previsto no Edital, sob pena de decair seu direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e na Lei 14.133/2021.

4.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do FORNECEDOR convocado, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

4.3 O lote mínimo para a primeira aquisição é de 25 (vinte e cinco) unidades para cada item.

4.3.1 Para as demais aquisições que poderão advir deste registro, o pedido mínimo, para o item 1 do objeto, será de 25 (vinte e cinco) unidades, ou múltiplos de 25, e, para os itens 3, 4, 5 e 6 do objeto, de 5 (cinco) unidades, ou múltiplos de 5;

4.3.2 O consumo de um dos itens do presente instrumento não obriga ao consumo de outros itens.

4.4 Todas as demais regras, como especificações, execução do objeto, pagamento, direitos e obrigações, penalidades e etc. deverão seguir o que determina o Termo de Referência.



4.5 O prazo de vigência do contrato decorrentes da Ata é de 06 (seis) meses, a contar do dia útil seguinte ao de sua disponibilização resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser revisados para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro quando, por motivo superveniente, restarem inviáveis de serem praticados em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

5.2 O pedido de revisão de preço formulado pelo FORNECEDOR será analisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a partir da fundamentação e do conjunto probatório apresentados, em cotejo com pesquisa de mercado atualizada e as diligências que se mostrem necessárias para a sua avaliação, mantendo-se a economia obtida no procedimento licitatório.

5.2.1 Após 30 (trinta) dias do aceite do pedido de revisão sem manifestação conclusiva do ÓRGÃO GERENCIADOR, poderá o FORNECEDOR comunicar formalmente a recusa de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

5.2.2 Durante o prazo de 30 (trinta) dias mencionado, o FORNECEDOR fica obrigado a manter as condições pactuadas quando da assinatura da ata.

5.3 Em não sendo acolhida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a motivação apresentada pelo FORNECEDOR, o descumprimento da obrigação assumida na presente ata ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

5.4 Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior àquele praticado no mercado, o ÓRGÃO



GERENCIADOR convocará o FORNECEDOR para uma negociação, com o fim de obter a sua redução e adequação.

5.4.1. Havendo êxito na negociação, o valor a ser registrado terá efeito a partir da publicação do termo aditivo à ata de registro de preços.

5.4.2 Caso o FORNECEDOR não aceite a redução de preços, poderá, mediante requerimento formulado antes do pedido de fornecimento, ser liberado de suas obrigações, sem aplicação de penalidade, se comprovada a impossibilidade de manter o compromisso assumido.

5.4.3 Em sendo admitida a liberação do FORNECEDOR, a Administração poderá convocar os licitantes do cadastro reserva, se houver, observada a ordem de registro e de classificação, para assumirem o compromisso de acordo com o preço de mercado;

5.5 Os preços registrados em ata não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro poderá ser cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

a) quando o FORNECEDOR:

a.1) descumprir as exigências contidas no Edital ou na presente Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

a.2) deixar de aceitar e retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



a.3) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

a.4) perder alguma das condições de habilitação durante a vigência desta Ata;

a.5) deixar de atender as convocações e diligências realizadas pela Administração;

a.6) rejeitar as negociações propostas em decorrência da revisão do preço registrado;

b) quando ocorrerem razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

c) quando ocorrerem fatos supervenientes, derivados de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados e justificados por razões de interesse público ou a pedido do FORNECEDOR.

6.2 A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final, a qual deverá ser prolatada no prazo de até 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

6.3 Qualquer comunicação decorrente do pedido de cancelamento será feita por escrito.

6.4 Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



CLÁUSULA SÉTIMA – DO CADASTRO RESERVA

7.1 Será incluído na presente Ata, na forma de anexo, o registro dos FORNECEDORES que, nesta ordem:

- a) aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário;
- b) mantiverem sua proposta original, desde que inferior ou igual ao preço estimado.

7.2 O registro de que trata o item 7.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, nos seguintes casos:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital;
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor.

7.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos FORNECEDORES registrados na Ata.

7.3.1 Para fins de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem a proposta original.

7.4 A habilitação do fornecedor somente será aferida na hipótese de ser convocado para assumir o compromisso estabelecido na ata de registro de preços.



7.5 A recusa injustificada do licitante que integra o cadastro reserva em assumir as obrigações por ele firmadas na ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no Edital, igualmente ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

É facultada a adesão de outros órgãos à presente Ata, enquanto válida, desde que:

a) obtida a aceitação do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR;

b) não exceda, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e, havendo, para os órgãos participantes;

c) não exceda ao dobro do quantitativo aqui registrado para cada item.

d) observe as demais disposições da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual n.º 57.036/2023 e do Provimento PGJ/RS n.º 104/2023-PGJ.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A existência de preços registrados não obriga a realização da contratação, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada tão somente ao FORNECEDOR a condição de preferência, quando em igualdade de condições.

9.2 A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA deverá providenciar, por meio de sua gestão, a publicação, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, das compras efetuadas.



9.3 Integram a presente Ata: o Edital deste Pregão, com todos seus anexos, e a proposta de preços do FORNECEDOR.

9.4 Esta Ata de Registro de Preços é regida pelo Provimento nº 104/23, pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Estadual/RS nº 57.036/2023.

9.5 Os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para o ajuste serão disponibilizados para consulta no site da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

9.6 O FORNECEDOR declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto desta Ata, de seus compromissos e do regime de fornecimento dos bens.

9.7 Qualquer tolerância do ÓRGÃO GERENCIADOR, quanto a eventuais infrações, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

9.8 Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins legais.

9.9 Os dias e prazos previstos no presente instrumento somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

9.10 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL somente exige para a formalização e execução da presente Ata de Registro de Preços os documentos e dados minimamente necessários.

9.11 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade do próprio FORNECEDOR, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

É competente o foro da cidade de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou conflitos emergentes do processo.

E por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente instrumento eletronicamente.

Porto Alegre, na data da sua assinatura eletrônica.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **01236.000.134/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

Anexo - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

1º FORNECEDOR: CNPJ: Endereço: Telefone/email: Representante legal:						
Item	Objeto	Quant.	Un.	Marca	Modelo	Valor unitário
1	Impressoras policromáticas, com tecnologia laser ou led com Garantia de 60 meses	100	Un.			R\$
2	Cartuchos de toner preto, com rendimento de, no mínimo, 2.500 (duas mil e quinhentas) páginas	100	Un.			R\$
3	Cartuchos de toner ciano, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$
4	Cartuchos de toner amarelo, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$
5	Cartuchos de toner magenta, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ACESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **01236.000.134/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

1º FORNECEDOR:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/email:

Representante legal:

Item	Objeto	Quant.	Un.	Marca	Modelo	Valor unitário
1	Impressoras policromáticas, com tecnologia laser ou led com Garantia de 60 meses	100	Un.			R\$
2	Cartuchos de toner preto, com rendimento de, no mínimo, 2.500 (duas mil e quinhentas) páginas	100	Un.			R\$
3	Cartuchos de toner ciano, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$
4	Cartuchos de toner amarelo, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$
5	Cartuchos de toner magenta, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	100	Un.			R\$



ANEXO XXX - MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA N.º XX/XXXX

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme Xxxx Xxxxxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE COMPRA, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXX/XXXX, Procedimento nº 01236.000.134/2024, Ata de Registro de Preços n.º XXX/2024, regendo-se pela Lei 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706/2011 e n.º 15.228 /2018, e pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a aquisição de:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Marca	Modelo
------	-----------	--------	-----	-------	--------



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **01236.000.134/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

1	Impressoras policromáticas, com tecnologia laser ou led com Garantia de 60 meses	XXX	Un.		
2	Cartuchos de toner preto, com rendimento de, no mínimo, 2.500 (duas mil e quinhentas) páginas	XXX	Un.		
3	Cartuchos de toner ciano, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	XXX	Un.		
4	Cartuchos de toner amarelo, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	XXX	Un.		
5	Cartuchos de toner magenta, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	XXX	Un.		

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações e características do objeto encontram-se descritas nos itens 1 e 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total do presente contrato é de R\$ XXX (XXXXXXXX), assim composto:

Item	Objeto	Quant.	Un.	Marca	Modelo	Valor unitário
1	Impressoras policromáticas, com tecnologia laser ou led com Garantia de 60 meses	XXX	Un.			R\$
2	Cartuchos de toner preto, com rendimento de, no mínimo, 2.500 (duas mil e quinhentas) páginas	XXX	Un.			R\$
3	Cartuchos de toner ciano, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	XXX	Un.			R\$
4	Cartuchos de toner amarelo, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	XXX	Un.			R\$



5	Cartuchos de toner magenta, com rendimento de, no mínimo, 2.000 (duas mil) páginas	XXX	Un.			
----------	--	-----	-----	--	--	--

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não será exigida garantia de execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter do montante a pagar, cautelar ou definitivamente, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1 Não será exigida prova do material.

5.2 A entrega dos bens se dará da seguinte forma:

a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pelo CONTRATANTE.



b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.

c) Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e o menor impacto ambiental no descarte.

5.3 Será emitida Ordem de fornecimento, que será acompanhada da Nota de empenho, e enviada à CONTRATADA, após o início da vigência do contrato, para determinar o início do prazo de entrega, bem como outras informações pertinentes ao objeto e à entrega.

5.4 O objeto deverá ser entregue no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Fornecimento.

5.5 O objeto deverá ser entregue na Unidade de Patrimônio e Almoxarifado da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada nesta Capital, na Rua Leopoldo Fróes, n.º 86, Bairro Floresta, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, após agendamento prévio de horário, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, pelo telefone (51) 3295 2090.

5.6 A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.

5.7 A entrega dos bens não inclui a sua instalação.

5.8 O objeto será recebido da seguinte forma:



a) provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações;

b) definitivamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento provisório depois da verificação da sua qualidade, quantidade e consequente aceitação.

5.8.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, os bens serão devolvidos à CONTRATADA, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para providenciar sua substituição, a contar da notificação do CONTRATANTE.

5.9 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 A garantia contratual do bem, complementar à estabelecida pela Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor compreende os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste



premature, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças, bem como quaisquer circunstâncias que venham a prejudicar ou impedir o perfeito funcionamento de todos os recursos do equipamento.

7.1.1 A garantia deve ser prestada pelo fabricante dos equipamentos, necessitando ser registrada junto ao seu site, permitindo que seja consultada pelo número de série do equipamento, via internet. Deverá ser executada pela rede credenciada de assistência técnica, ou por empresa certificada pelo fabricante a prestar serviços de manutenção ou troca de peças.

7.2 O período da garantia do bem é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos itens.

7.3 Os prazos para solução de problemas (SLA) são os seguintes:

a) o prazo máximo para o início do atendimento do chamado em garantia é de até 03 (três) dias úteis a contar da abertura do chamado

b) o prazo máximo para a conclusão do atendimento do chamado em garantia é de até 10 (dez) dias úteis a contar da abertura do chamado.

7.3.1 Será considerado, para início da contagem do prazo de abertura do chamado (SLA), o momento em que é efetuada a comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA solicitando a abertura do chamado.

7.3.2 Os chamados técnicos serão abertos por e-mail ou por sistema via Internet. A CONTRATADA ou a assistência técnica indicada deverá enviar um e-mail de retorno, no prazo máximo de 01h (uma hora) útil após a comunicação feita pelo CONTRATANTE, para o endereço *ueq-contratadas@mprs.mp.br*, confirmando e



informando o número e a abertura do chamado. Qualquer alteração no endereço de e-mail será comunicada previamente pelo CONTRATANTE. Admitir-se-á a possibilidade de abertura de chamados por telefone, desde que praticados os mesmos procedimentos descritos anteriormente pela CONTRATADA ou pela assistência técnica indicada.

7.3.3 A CONTRATADA ou a assistência técnica indicada deverá disponibilizar nome e telefone do contato responsável para eventuais informações ou ajustes operacionais que se fizeram necessários, bem como para ser utilizado em casos de indisponibilidade de acesso à internet.

7.3.4 Na comunicação feita à CONTRATADA ou à assistência técnica indicada, serão fornecidas as seguintes informações para a abertura do chamado técnico:

- a) Identificação patrimonial do equipamento no CONTRATANTE.
- b) Número de série do equipamento.
- c) Anormalidade observada.
- d) Nome e telefone do responsável do CONTRATANTE pela abertura do chamado.
- e) Localização do equipamento e responsável para contato.
- f) Número do chamado interno da PGJ/RS.

7.3.5 Não poderá ser exigida do CONTRATANTE, por parte da CONTRATADA ou da assistência técnica indicada, a realização de verificações, testes, atualizações e procedimentos remotos que envolvam a intervenção física no equipamento, por parte



da PGJ/RS, bem como solicitação de informações adicionais como condição para a abertura do chamado junto à CONTRATADA ou à assistência técnica indicada. O CONTRATANTE possui atendimento técnico especializado para filtrar os chamados indevidos e resolver os de fácil solução remota na maior parte dos casos.

7.3.6 O CONTRATANTE poderá solicitar a substituição, em caráter definitivo, de equipamentos que tenham necessitado de 03 (três) manutenções de qualquer natureza em um período de até 30 (trinta) dias.

7.3.7 No caso de inviabilidade técnica ou econômica do reparo do equipamento, a CONTRATADA deverá promover a sua substituição em caráter definitivo por outro de mesmas características técnicas e em perfeito estado de funcionamento, sem que isto implique ônus adicional para o CONTRATANTE. A substituição definitiva será admitida a critério do CONTRATANTE, após prévia avaliação técnica da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação quanto às condições de uso do equipamento ofertado, em relação àquele a ser substituído.

7.3.8 Para cada intervenção de manutenção deverá ser registrado um novo chamado técnico, não sendo aceita, em qualquer hipótese, a reabertura de chamados pré-existentes para o referido equipamento.

7.3.9 Caso haja a necessidade de recolhimento de 01 (um) equipamento, é obrigatória a utilização de backup (equipamento para substituição temporária) durante o prazo de reparo do recolhido, o qual não poderá exceder o prazo de solução do problema previsto. O equipamento de backup deverá ser, no mínimo, de mesmo porte, capacidade e características do substituído e a substituição temporária deverá ser precedida de autorização da Unidade de Equipamentos da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CONTRATANTE



7.3.10 Ao término de cada atendimento realizado, o técnico da CONTRATADA ou da assistência técnica indicada, deverá deixar com o operador local o **Relatório de Atendimento Técnico**, o qual deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação do chamado (números de chamados da CONTRATANTE e da CONTRATADA).
- b) Identificação do usuário responsável para contato (quando da abertura do chamado).
- c) Identificação patrimonial do equipamento na Procuradoria-Geral de Justiça.
- d) Identificação do equipamento (número de série, local de instalação, cidade, etc.).
- e) Data e hora da abertura do chamado.
- f) Data e hora do início do atendimento.
- g) Data e hora do final do atendimento (momento em que o equipamento foi restabelecido em perfeito funcionamento).
- h) Identificação do técnico da CONTRATADA.
- i) Descrição das atividades realizadas.
- j) Observações.
- k) Assinatura do técnico da CONTRATADA.
- l) Nome completo legível e assinatura do usuário.



m) Nos casos de instalação, substituição ou recolhimento, identificação e número de série do novo equipamento.

7.3.11 Não havendo qualquer manifestação da CONTRATADA no prazo, o CONTRATANTE providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da CONTRATADA.

7.4 A garantia será prestada na Unidade de Equipamentos do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Rua Andrade Neves, n.º 106, 13º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP n.º 90.010-210, no horário das 8h (oito horas) às 18h (dezoito horas), de segunda a sexta-feira.

7.5 Os equipamentos, componentes, ou peças de reposição, utilizados na manutenção corretiva deverão ser novos e de primeiro uso.

7.6 No período de vigência da garantia o CONTRATANTE não pode ter ônus, de nenhuma natureza, quando da apresentação de defeito no bem, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer despesa de envio e coleta.

CLÁUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO

8.1 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.



8.1.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas, conforme Protocolo ICMS 42/09, vigente desde 1º de dezembro de 2010 e incorporado ao Regulamento do ICMS do RS. Quaisquer dúvidas com relação à Nota Fiscal Eletrônica poderão ser encaminhadas ao e-mail nfe@sefaz.rs.

8.1.2 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail nf-adi@mprs.mp.br, ou para a Unidade de Apoio Administrativo - Informática, Rua Andrade Neves, n.º 106, 13º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP n.º 90.010-210, telefone: (51) 3295 8310.

8.1.3. A data do documento fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida e do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

8.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

8.1.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.3 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à



Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

8.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

8.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

8.6 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.7 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

8.8 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

8.9 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.



CLÁUSULA NONA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado datado de XX de xxxxxxxxx de XXXX.

10.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104 /2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

10.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

11.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado
- b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;
- b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- c) fiscalizar a execução do presente contrato;
- d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;
- e) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades; e



f) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 01 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato.

11.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou



reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

m) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com



dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

n) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 06 (seis) meses.



13.2 O prazo previsto nesta cláusula não será prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia/hora de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias/horas, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

14.2.1 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

14.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

14.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

14.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

14.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

14.8 O procedimento de penalização realizar-se em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento PGJ nº 104/2023-PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO

15.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.



15.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

17.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.



17.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

17.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

17.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

17.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

17.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

17.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

18.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.

18.3 Além das atribuições constantes do Provimento 05/2023, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas correrão por conta do Órgão 09.79, Recurso 0164, Projeto 9024, NAD 4.4.90.52, Rubrica 5246.

19.1.1 Durante o decorrer do contrato, poderá ser utilizado o Recurso do Tesouro-Livres (Órgão 09.01- Recurso 0011 - Projeto 6420), assim como o Recurso



Vinculado do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público (Órgão 09.79- Recurso 0164 – Projeto 9024), conforme a disponibilidade orçamentária do momento da execução da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.